

MERCADO SP SPE S.A. - CNPJ nº 34.468.985/0001-04

...continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

gências: A avaliação da probabilidade de perdas com ações judiciais e outros riscos fiscais e trabalhistas, bem como a apuração dos montantes envolvidos é realizada considerando o pedido dos reclamantes, os riscos associados, a posição jurisprudencial acerca das matérias e o opinião dos consultores jurídicos da Companhia. **2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Mercado SP SPE S.A. Todos os saldos foram arredondados para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.6. Bases de consolidação das demonstrações contábeis:** A consolidação foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e incluem as demonstrações contábeis da controlada direta, na qual a controladora é titular de direitos de sócio, que lhe asseguram, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Os principais procedimentos adotados no processo de consolidação foram: a) Somatória dos saldos das contas de ativos, passivos, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; b) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes e os lucros realizados e não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; c) Eliminação dos investimentos na proporção das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e d) Destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício. As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e da seguinte empresa controlada, cuja participação percentual na data do balanço é resumida como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	% Controlada	% Controlada	% Controlada	% Controlada
Mercado SP Ltda.	100	100	100	100

2.7. Instrumentos financeiros: i) Reconhecimento e mensuração inicial: As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contrato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contrato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** Não reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; • Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR; • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Não reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um despesamento contábil que de outra forma surgir. **Ativos financeiros - avaliação de modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por meio do seguinte método melhor a maneira pela qual o modelo de negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e de juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. O reconhecimento de ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nessas cases, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil ordinário e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transmitem pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os passivos e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de receber o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos serviços prestados de acordo com o Contrato de Concessão no decorrer normal das atividades

da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber de clientes são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment. Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor futuro, ajustado pela provisão para impairment. Normalmente, na prática, são reconhecidas aos investimentos em empresas controladas, empresas controladas em conjunto e em coligadas nas quais a Companhia possui influência significativa, são registrados pelo método de equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos estão registrados pelo valor justo ou pelo custo quando este representar o valor justo. **2.10. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos com um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados tendo em vista que a sua vida útil é indefinida. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor, como segue:

	Anos	
Máquinas e equipamentos	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	10	10
Outros	10	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota Explicativa nº 2.10). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. A infraestrutura disponibilizada pela Prefeitura do Município de São Paulo para a concessão do Contrato não é registrada como ativo imobilizado da Mercado SP SPE S.A. porque o contrato prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Mercado SP SPE S.A. tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato, mas não detém qualquer risco ou controle sobre eles. **2.11. Intangível:** Refere-se ao valor do direito de concessão registrado ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados ao custo da construção e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Os ativos intangíveis relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo da concessão pela curva de benefício econômico. Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.12. Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Se o prazo de realização é igual a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário são classificados no ativo não circulante. **2.13. Redução do valor recuperável - ativo impairment:** **a) Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. **b) Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais.

2.14. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor atualizado é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.15. Fornecedores:** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes e o pagamento foi devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal das operações, ainda que maior prazo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.16. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado e a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações. Estabelecidas provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **2.18. Receita de contrato com cliente:** A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida. A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente. A Companhia reconhece a contraprestação de serviço quando transfere ao cliente o controle sobre o serviço. A principal linha de serviço da Companhia está detalhada a seguir:

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	1	1	1	1
Bancos	406	693	440	693
Total	407	694	442	694

Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem penalidade. Existem valores alocados como aplicações financeiras que são aplicações automáticas de liquidez imediata que possuem remunerações médias próximos ao índice do CDI e sem perda quando do resgate.

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Clientes mercado interno	1.836	1.585	1.851	1.598
PECLD	(1.860)	(1.439)	(1.660)	(1.439)
Total	176	146	191	160

Foi constituído no exercício de 2024 a provisão de perda esperada com créditos de liquidação dvidosa, embasado no CPC 48 - Instrumentos financeiros, a partir de uma matriz de provisões onde, com base na idade dos saldos das contas a receber, foi calculado o valor da PECLD. A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de provisões para crédito de liquidação duvidosa, é como segue:

	Individual	
	31/12/2024	31/12/2023
Total	-	1

A vender
Vencidos
Até 30 dias 47 75
De 31 dias a 180 dias 178 203
De 181 dias a 360 dias 187 83
Acima de 360 dias 1.424 1.223
Total 1.836 1.584
Total 1.836 1.585

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Total	15	15

A movimentação da PECLD do período é como segue:
Movimentação PECLD
Saldo provisionado em 1º de janeiro de 2023 20
Adições (+) 1.439
Baixas (-) 1.439
Saldo provisionado em 31 de dezembro de 2023 1.439
Adições (+) 244
Baixas (-) (23)
Saldo provisionado em 31 de dezembro de 2024 1.660

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar	28	169	28	169
Total	28	169	28	169

	Individual		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total	28	169	28	169

	Máquinas e equipamentos 10%		Móveis e utensílios 10%		Equipamentos de informática 20%		Total
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Custo	206	203	279	688	472	1	8 481
Adições (Baixas)	472	1	8	8	678	204	287 1.169
Em 31 de dezembro de 2024	678	204	287	1.024			
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2023	(10)	(18)	(114)	(142)			
Adições (Baixas)	(45)	(20)	(56)	(121)			
Em 31 de dezembro de 2024	(55)	(38)	(170)	(263)			
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2023	58	181	165	404			
Em 31 de dezembro de 2024	481	162	117	761			

	Máquinas e equipamentos 10%		Móveis e utensílios 10%		Equipamentos de informática 20%		Total
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Custo	206	203	279	688	472	1	8 481
Adições (Baixas)	472	1	8	8	678	204	287 1.169
Em 31 de dezembro de 2024	678	204	287	1.024			
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2023	(45)	(18)	(114)	(121)			
Adições (Baixas)	(73)	(21)	(56)	(150)			
Em 31 de dezembro de 2024	(118)	(39)	(170)	(327)			
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2023	161	185	165	511			
Em 31 de dezembro de 2024	560	165	117	842			

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Aldo Bonanetti - Presidente do Conselho de Administração - Diretor Presidente

Fernando Romano Russo - Contabilista - CRC 15P291.930/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicarmos esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos

são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de certeza, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências

	Saldo em 31/12/2022		Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2024	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Custo de aquisição						
Outorga fixa - concessão	115.329	-	115.329	-	115.329	-
Restaurar em andamento MM (a)	2.861	13.023 (166)	15.718	15.524 (208)	31.034	31.034
Restaurar em andamento KY (c)	-	-	-	6.754	-	6.754
Total	118.190	13.023 (166)	131.047	22.278 (208)	153.117	-

	Saldo em 31/12/2022		Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2024	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Amortização acumulada						
Outorga fixa - concessão (b)	(6.151)	(4.613)	(10.764)	(4.613)	-	(15.377)
Total	(6.151)	(4.613)	(10.764)	(4.613)	-	(15.377)
Valor contábil líquido	112.039	(4.613)	120.283	(4.613)	-	137.740

(a) Em setembro de 2022 a administração iniciou as obras de restauração e reforma do Mercado Municipal Paulistano, previstas no Contrato de Concessão, e vem contabilizando esses gastos, aproximadamente R\$ 7.000 na conta de restaurar em andamento que será amortizada pelo tempo do contrato de concessão. Em janeiro de 2025 foi feita a entrega parcial do Programa de Intervenção deste Mercado. O prazo de término, previsto no 4º Aditamento do Contrato de Concessão é 06/08/2026. (b) A amortização da outorga é calculada por meio do método linear pelo período de 25 anos, conforme Contrato de Concessão firmado com o poder concedente. (c) Em setembro de 2023 a administração iniciou as obras de restauração e reforma do Mercado do Kirijo Yamato, previstas no Contrato de Concessão, e vem contabilizando esses gastos, aproximadamente R\$ 7